

Constituinte recebe mais de seis mil propostas

No último dia para apresentar sugestões, a Secretaria da Câmara funcionou até meia-noite

No último dia de prazo fixado para o encaminhamento das propostas à Constituição pelos parlamentares, a Secretaria Geral da Mesa da Câmara funcionou ontem até a meia-noite, quando se registrou a apresentação de cerca de seis mil sugestões, versando sobre os mais variados temas possíveis. Ainda durante a noite os funcionários do serviço de processamento de dados cuidaram da catalogação das milhares de sugestões, para que hoje mesmo elas comecem a ser distribuídas entre as 24 subcomissões específicas.

De acordo com o cronograma estabelecido pelo Regimento Interno da Constituinte, os parlamentares começaram a encaminhar as propostas desde o dia 24 de março. Até ontem chegaram à Secretaria Geral cerca de 3.600 sugestões, mas o movimento maior aconteceu ontem, no último dia, quando mais de duas mil propostas foram apresentadas de última hora. Só o senador José Ignácio Fereira (PMDB-ES) foi o responsável pela elaboração de quase 500 sugestões à futura Constituição.

A deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF) era uma das retardatárias. Já na Secretaria Geral da Mesa ela cuidava dos últimos retoques nas mais de 40 propostas que encaminharia. Dentre elas, a que a

deputada considerava mais importante, sugeria que no final do texto constitucional constasse a palavra "cumpra-se".

Até sábado, as sugestões enviadas à Assembléia Nacional Constituinte serão encaminhadas aos 24 relatores das subcomissões temáticas.

Dia 11, o relator de cada uma das 24 subcomissões deverá apresentar relatório com anteprojeto, que será discutido durante cinco dias, depois de publicado e distribuído em avulsos. Neste prazo poderão ser apresentadas emendas pelos membros das subcomissões.

Encerra-se no dia 19 a fase de discussão, quando o relator terá cinco dias para emitir seu parecer, a ser votado até o dia 25 de maio — prazo para encaminhamento do anteprojeto à respectiva comissão temática.

Em cada comissão, a matéria terá tramitação análoga. A apresentação do relatório, com anteprojeto do relator, está prevista para o dia 8 de junho. O encerramento do exame da matéria pela comissão está previsto para o dia 15, quando o anteprojeto deverá ser encaminhado à Comissão de Sistematização, que deverá compatibilizar o trabalho realizado pelas oito comissões temáticas e elaborar o preâmbulo do projeto a ser apreciado pelo plenário da Constituinte.

IVALDO BARBOSA



Último dia para sugestões e depoimentos: Lula defende a proposta do PT e Tuma quer combater o contrabando de ouro



Empresários defendem capital estrangeiro

Dois importantes representantes da classe empresarial brasileira — Antônio Ermirio de Moraes e Jorge Gerdaul Johanpeter — defenderam ontem que a nova Constituinte deve incentivar a entrada de capital estrangeiro para financiar projetos de desenvolvimento no País. Durante sessão de audiência pública na Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado na Economia, os dois empresários afirmaram também que parte da dívida externa deve ser transformada em capital de risco, revertendo o processo de endividamento brasileiro.

Ermirio de Moraes disse que embora o Brasil atravessa uma séria crise política e econômica, existem meios viáveis de estancar a sangria de recursos enviados ao exterior como forma de pagamento do serviço da dívida. Disse que o Governo, responsável por 70% do total da dívida externa, tem conhecimento de que o processo inflacionário só pode ser extinto quando o País saldar seus débitos junto aos credores internacionais.

O empresário paulista frisou ainda que o capital estrangeiro, desde que controlado pela legislação, pode trazer muitos be-

nefícios. "Não sou contra a multinacional", revelou Ermirio, explicando que embora sempre tenha defendido posições nacionalistas, acha que o País pode ficar à margem do processo de desenvolvimento internacional.

CREDIBILIDADE

O empresário Jorge Gerdaul também se posicionou favorável à transformação da dívida externa em capital de risco, através de cessão de ações preferenciais. Disse que essa proposta seria bem aceita no meio empresarial estrangeiro, contribuindo de forma efetiva para que o Brasil volte a ter sua credibilidade restaurada, retornando ao mercado voluntário de empréstimos.

Outra questão levantada pelo empresário Gerdaul foi a da indefinição do Governo em relação à uma política industrial para o País, sem a qual o empresário sente-se inseguro para ampliar suas planilhas de produção. Ressaltou que o País não pode prescindir de uma poupança interna que deve ser incentivada. Juntamente com a poupança interna, o empresário defendeu que o Brasil deve

recorrer também à poupança internacional.

Sobre a questão da reserva de mercado, tanto Ermirio de Moraes quanto Jorge Gerdaul afirmaram que as limitações devem ser impostas de forma ponderada. Para Ermirio, um excesso nesse sentido pode provocar resultados funestos para o País. Gerdaul disse que o Brasil precisa estabelecer regras de mercado e não regras de proteção. "A tutela do Estado sobre o empresariado deve diminuir", acrescentou, "pois a iniciativa privada já atingiu a sua maioridade".

Na defesa pela manutenção da reserva de mercado no setor da informática, o titular da Secretaria Especial de Informática, Ezil Veiga, ressaltou que a decisão brasileira de proteger a nascente indústria de informática, além de se apoiar em compromissos multilaterais com o Gatt, não é inusitada. Ele lembrou que não somente o Brasil, mas várias nações, "mesmo as mais liberais e ricas", têm praticado atos e legislações no sentido de protegerem suas indústrias de ponta. Em sua opinião, tudo leva a crer que os países continuarão adotando práticas protecionistas sempre que se fizerem necessárias".

Povo terá direito de emendar Carta

Por proposta do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), a futura Constituição poderá ser emendada não apenas pelo Congresso Nacional, mas pelas assembleias legislativas dos estados ou pela iniciativa de pelo menos cinco por cento dos eleitores.

De acordo com a proposta, se no prazo de 60 dias após a publicação da emenda

for aprovada um milhão de eleitores o requererem, ela será submetida a referendo popular, considerando-se aprovada quando obtiver a maioria de votos válidos. Da mesma forma, a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, do Senado ou das assembleias legislativas.

Informática gera discordância

Quatro entidades participaram ontem da audiência pública da Subcomissão da Ciência, Tecnologia e da Comunicação, discutindo o tema da informática. A Associação Profissionais de Processamento de Dados, União Brasileira de Informática, Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicação e a Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários.

Foi o representante da

Sucesu, Josué Souto, o que mais discordâncias provocou, principalmente com os deputados Cristina Tavares (PMDB-PE), relatora da subcomissão, e Carlos Alberto de Oliveira Caó (PDT-RJ). Josué defendeu a limitação da reserva de mercado para a informática e a organização de empresas em sistema joint-ventures, com a entrada de tecnologia e capital estrangeiro. Disse o conferencista que o impor-

tante é manter a qualidade, única maneira de se tornar o produto brasileiro competitivo e garantido até mesmo no mercado externo.

Cristina Tavares e Carlos Alberto foram contra a proposta, principalmente a formação de joint-ventures. Cristina lembrou que a entidade anteriormente defendia a criação de distritos industriais de exportação e agora defendia a entrada de tecnologia e capital estrangeiro.

Dieese pede jornada menor e estabilidade

A redução da jornada de trabalho; a representação dos trabalhadores nos locais de trabalho; e a garantia da estabilidade no emprego foram as principais propostas do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos (Dieese) apresentadas ontem à Subcomissão dos Direitos do Trabalhador da Constituinte. No penúltimo dia de debates públicos, a subcomissão ouviu também depoimentos de mulheres trabalhadoras, que exigiram mudanças profundas no relacionamento do Estado, das empresas e da sociedade com a mulher que trabalha.

A questão da garantia no emprego foi abordada pelo presidente do Dieese, Joel de Almeida, que pediu a volta do sistema de estabilidade, extinto, na prática, em 1966, com o surgimento do FGTS. "Não devemos apenas fixar multas para as empresas que demitem sem justa causa. A estabilidade deve ser encorada pelo empresário como uma responsabilidade e não como um ônus", afir-

mou o dirigente. Segundo ele, não se trata de penalizar a empresa, mas de proteger o trabalhador dos abusos.

Joel de Almeida disse aos constituintes que é grave o problema da rotatividade de mão-de-obra, expediente usado pelos patrões para reduzir custos. "Mais de um terço da força de trabalho do País foi substituída no emprego durante o ano de 1985, o que significa que em cada 100 postos de trabalho passaram 134 trabalhadores", disse o presidente do Dieese.

A fixação da jornada de trabalho diária em 8h foi proposta pelo Dieese. Conforme o seu presidente, a redução da jornada semanal deve ser ampliada gradativamente para ampliar a oferta de emprego. O Dieese propôs, ainda, direito de representação dos trabalhadores dentro das empresas. No Brasil, segundo o Dieese, o sindicato "é barrado na porta da empresa, pois qualquer tentativa de organização dos trabalhadores é considerada atentado contra o poder de comando do patrão e ameaça ao capital".

Jornada nos grandes países

PAÍSES	ANO	JORNADA
Canadá	1982	37,6
Itália	1982	38
Alemanha Ocidental	1984	38,5
França	1983	39
Estados Unidos	1983	40
Japão	1983	41
Inglaterra	1982	42,6

OBS: No Brasil, a jornada é, oficialmente, de 48h. Na prática, porém, pode se estender até 62 horas

PLENÁRIO "Prisão" de constituinte agita sessão

A notícia da prisão do deputado federal Paulo Delgado (PT/MG) pelo Dops mineiro agitou ontem a sessão da Assembléia Nacional Constituinte, com diversos oradores, dos mais variados partidos exigindo a sua soltura imediata e a punição do responsável, aproveitando ainda para ressaltar a "truculência" do governador peemedebista de Minas Gerais, Newton Cardoso. O que seria mais um ato contra a soberania da Constituinte não passava, contudo, de um alarme falso.

Quase uma hora depois de feita a denúncia pelo deputado João Paulo (PT/MG) e após os mais veementes protestos, o secretário da mesa-diretora da Constituinte, deputado Arnaldo Sá (PTB/SP), informou que em contato telefônico com o presidente da Assembléia Nacional, deputado Ulysses Guimarães, da Câmara e do PMDB, o governador de mineiro acava de assegurar que Paulo Delgado apenas acompanhava um caminhão que havia sido detido pela polícia. De qualquer modo, ficou o dito pelo não dito nos registros contra Newton Cardoso feitos pela traquiografia da casa.

Ao dar a notícia, João Paulo informou ao plenário que seu companheiro de partido havia sido preso durante manifestação estudantil pelo ensino público e gratuito, em companhia do líder petista behorizontino Chico Ferramenta — uma versão mineira do Chico Vigilante de Brasília. Depois, outros deputados disseram que falaram por telefone com Paulo Delgado e que o deputado continuava preso no Dops.

Na presidência dos trabalhos, Arnaldo Sá acolheu a sugestão de constituição de uma comissão de líderes para acompanhar as negociações. Nes-

se pelo tempo, já haviam usado o microfone, com fortes discursos em defesa da soberania da Constituinte, os deputados Adolfo Oliveira (PL/SP), José Genoíno (PT/SP), Eduardo Bonfim (PC do B/AL), Adroaldo Streck (PDT/RS), Roberto Freire (PCB/PE), José Maria Eymael (PDC/SP), Jesus Tajra (PMDB/PI), e Adylson Motta (PDS/RS).

CONVITE FATAL

Até então a sessão transcorria sem maiores atrativos, com grande parte do tempo sendo tomado para a apresentação de propostas constitucionais, o que só poderia ser feito até as 24 horas de ontem. Houve até um momento de bom humor, em que o deputado José Elias Murad (PTB/MG) convidou os constituintes para "um jantar bem à brasileira" que poderia ser fatal.

"O menu será exatamente aquele que a minha dona-de-casa faz normalmente no seu dia-a-dia de trabalho", disse o deputado, mostrando o que come o brasileiro hoje: arroz com feijão cheirado a solvente, devido aos resíduos de agrotóxicos; bife acebolado, com hormônios da carne bovina que podem provocar males como a virilização, aumento dos pêlos e engrossamento da voz e antibiótico na cebola, um produto cancerígeno; vermicel com aditivo químico que as faz parecer novas mas também causa diarreia; água mineral com salmonelas ou cloreto de bário; suco de frutas com bióxido de enxofre; leite com bacilos fecais em alta concentração ou radioatividade; quindim com amarelo de metenila, cancerígeno; e gelatina com cromo.

"Bon appetit, se é que vocês ainda têm algum", concluiu o deputado Elias Murad.

PT e PDT também têm anteprojeto

Os líderes do PT e do PDT na Constituinte, deputados Luís Ignácio Lula da Silva e Brandão Monteiro, passaram ontem às mãos do presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, seus projetos de Constituição. Enquanto o PDT concentrará seus esforços no capítulo referente ao reordenamento econômico do País, o PT pretende privilegiar os direitos coletivos, individuais e dos trabalhadores.

— Vamos lutar por esse projeto de Constituição dentro e fora da Assembléia — disse Lula.

Baseado em anteprojeto elaborado há mais de um ano pelo jurista Fábio Comparato, o conjunto de propostas do PT sustenta-se em dois pilares básicos: instaura os direitos coletivos e individuais do ser humano, ampliando a liberdade do cidadão e o controle popular sobre o Estado, consagra o direito de greve e de organização como liberdade fundamental do ser humano.

Empregados de estatais fazem lobby

As entidades representativas de empregados de 17 empresas estatais encaminharão ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, proposta em que proíbe "à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou valor" nos riscos do monopólio de petróleo, minérios nucleares e materiais fósseis, minerais estratégicos e dos serviços de telecomunicações.

A proposta garante ainda o direito de sindicalização a todos os empregados de autarquias, fundações públicas e de empresas estatais, independentemente do regime jurídico de trabalho. Estabelece que o ingresso de funcionários, em qualquer situação, "só poderá acontecer mediante concurso público" e determina a estabilidade no emprego para todos os trabalhadores no País.

Os empregados sugerem que as empresas terão como finalidade atender prioridades sociais e serão destinadas a garantir a atuação monopolista da União, prestação de serviços públicos, atender diretrizes do planejamento econômico e social, e incentivar e promover o desenvolvimento social, econômico e tecnológico de setores definidos pelo Estado.

Anabb propõe co-gestão em toda empresa

O presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb), José Flávio Berçotti, propôs ontem que a futura Constituição assegure aos trabalhadores a participação no lucro real das empresas, inclusive estatais, ao final de cada exercício financeiro. Os trabalhadores, pela proposta, ainda teriam pelo menos um cargo na diretoria e outro no conselho administrativo, a serem preenchidos por eleição direta entre os funcionários.

As sugestões oficializadas junto à Secretaria-Geral da Constituinte procuram, ainda, assegurar aos bancários a aposentadoria aos 25 anos de atividades ininterruptas, fixando para todos os trabalhadores, indistintamente, proventos de aposentadoria equivalentes ao valor da remuneração percebida no último mês de trabalho.

A proposta da Anabb sugere, ainda, que "o fato gerador do imposto de renda incidente sobre salários e proventos de qualquer natureza não poderá exceder o teto de contribuição previdenciária fixado para as respectivas categorias".

Finalmente, Berçotti propôs à Constituinte que consagre o Banco do Brasil como agente financeiro do Governo Federal nas áreas de produção e do comércio.

Tuma pede incentivo para garimpeiros

Em depoimento ontem na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, o superintendente da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, sugeriu aos constituintes que garantam, na nova Carta ou em lei, incentivos para que os garimpeiros vendam o ouro ao Governo. Segundo Tuma, o objetivo é assegurar que "o dinheiro fique aqui", e o ouro deve ser convertido aos órgãos legais.

O superintendente fez estas declarações a partir de intervenções dos deputados Ezio Ferreira (PFL-AM) e Asdrubal Bentes (PMDB-PA). O primeiro parlamentar afirmou que conforme informações a ele transmitidas há alguns anos pelo Ministério das Minas e Energia, o Brasil produzia 60 toneladas de ouro, e a Caixa Econômica Federal comprava apenas 15 toneladas. Já Bentes disse que

"os amazônidas estão cansados de serem espoliados", e observou que "consta que o Uruguai é um grande exportador de ouro".

— O Uruguai não tem garimpo, não tem mina. Creio que o ouro é brasileiro — acrescentou, para depois indagar se havia algum tipo de ação preventiva para minimizar a evasão de ouro.

Tuma defendeu também que a nova Constituição imponha a institucionalização da polícia civil, definindo a sua competência, para que bem organizada ela possa dar respaldo, enquanto polícia judiciária, no caso de delitos regionais. Segundo o superintendente, a medida em que se alarga a competência da Polícia Federal, se retira dos governadores estaduais a responsabilidade de bem organizar as suas polícias.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

TOMADA DE PREÇOS Nº 16/87 - DA/DMP/MEC
Dia: 25 de maio de 1.987, às 09:30 horas
Objeto: Aquisição de máquina compositora de texto com unidade de entrada de dados com memória permitindo campos em vários corpos, de interesse da Secretaria Geral/MEC.

TOMADA DE PREÇOS Nº 17/87-DA/DMP/MEC
Dia: 26 de maio de 1.987, às 09:30 horas
Objeto: Contratação de serviços de empresa especializada, para preparação e digitação dos questionários educacionais, referentes à Campanha Estatística de 1.987, a digitação deverá ser feita nos Estados, de interesse da SEEC/MEC.

FERNANDO FIGUEIREDO DE ABRANCHES
Missa de 30º Dia

A família de **FERNANDO FIGUEIREDO DE ABRANCHES** agradece o comparecimento dos amigos à missa de 7º dia, e convida para a missa de 30º Dia, em sufrágio de sua alma, a realizar-se nesta 5ª feira 7 de maio, às 19 e 30 horas, na Igreja Santa Cruz, situada na 905 Sul.

Ely Toscano Barbosa e Jurema Chabalgoity Toscano Barbosa, agradecem as manifestações de pesar recebidas e convidam para a missa de 7º dia de falecimento de sua mãe e sogra Maria José Ribeiro da Silva, a realizar-se no dia 08/05/87, (sexta-feira) às 19:00h no Santuário de Fátima à Av. W-5 Sul, Quadra 906.